

BICENTENÁRIO DA CHEGADA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA AO BRASIL

José Antônio de Ávila Sacramento *

A fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil foi preparada para o 27 de novembro de 1807. O tempo ruim manteve os navios no porto de mais 24 horas, enquanto as tropas francesas se aproximavam perigosamente da cidade. Na noite de 28 o vento mudou de direção e aconteceu o início do embarque. Na manhã do dia 29 começaram a ser movimentadas as embarcações que levariam a Corte e seus seguidores para o Brasil. A partida não poderia ser adiada: logo depois as tropas francesas alcançaram Lisboa. Dizem até que as tropas do general Junot avistaram as naus sumindo no horizonte...

A viagem, um ato planejado e bem estudado, foi uma jogada de antecipação estratégica, pensada para evitar que a corte portuguesa fosse aprisionada. O historiador dr. Rogério da Silva Tjäder, membro do Instituto Cultural Visconde do Rio Preto e da Academia Valenciana de Letras (entidades sediadas em Valença-RJ) afirmou que a transmigração da Família Real Portuguesa foi a “execução de um plano previamente acertado, desde os tempos de Martim Afonso de Souza e reanalisado sempre que alguma crise maior afetava a sobrevivência do Reino” (*in*: “A Esquadra da Transmigração da Família Real Portuguesa em 1807-1808. Quem chegou primeiro e onde chegou?”, publicado no Informativo da Academia Valenciana de Letras, Ano V, nº 51, Janeiro de 2008). Não havia escolha: ou a Família Real fugia, ou seria presa e deposta por Napoleão, considerado “o maior gênio militar que o mundo havia conhecido desde os tempos dos césores do Império Romano”. Bonaparte referiu-se assim à fuga D. João VI: “foi o único que me enganou”.

Estrategicamente, providencialmente ou ocasionalmente, em 22 de janeiro de 1808, D. João VI aportou em Salvador-BA, onde permaneceu até 26 de fevereiro. Em 08 de março, desembarcou oficialmente na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Historiadores registram que D. João VI (João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança) era um sujeito meio esquisito: de baixa estatura, mantinha aversão a banhos, tinha medo de siri e de trovoadas; era grotesco, obeso, simplório, apático, apagado e sem voz ativa... A rainha, D. Carlota Joaquina, era tida como infiel, feia, maquiavélica e infeliz; sempre mal-humorada, mandava açoitarem os que não se ajoelhavam quando ela passava pelas ruas do Rio de Janeiro. Ainda assim, a Corte Portuguesa, apesar de classificada como “perdulária e voraz”, ficou por 13 anos no Brasil.

Em compensação, os planos de D. João VI para o Brasil eram grandiosos: abrir estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, comércio, bibliotecas, imprensa, hospitais, sistemas de comunicação... Dentre alguns atos e realizações importantes, foi assinada a Carta Régia que abriu os portos do Brasil ao comércio com as nações amigas; foi criado o Banco do Brasil, a Biblioteca Real (Biblioteca Nacional), a Real Academia de Belas Artes (Museu Nacional de Belas Artes), o Jardim Botânico, a Real Junta de Arsenais do Exército, a Real Academia Militar (Museu Histórico Nacional). A permanência da Família Real foi benéfica para as artes e a cultura do Brasil, especialmente pela contratação da Missão Artística Francesa (1816) que aqui esteve com renomados artistas chefiados por André Lebreton.

Enquanto isto, na Europa, Napoleão abusava do poder e tratava os portugueses com pesadas cargas tributárias, impondo-lhes humilhações e grandes sofrimentos. Os portugueses, com o auxílio dos ingleses e espanhóis, organizaram a resistência e

expulsaram as tropas napoleônicas. O país passou a ser tutelado pela Inglaterra. Em 1820 explodiu a Revolução Constitucional (Liberal) do Porto; apoiados pela Maçonaria, os portugueses expulsaram Lord Beresford (inglês que governava Portugal após a saída dos franceses) e passaram a exigir a volta de D. João VI. Sem alternativa, em 26 de abril de 1821, D. João regressou à terra lusitana atendendo ao chamamento do parlamento e deixou no Brasil, como Príncipe-Regente, o filho Pedro.

Historiadores e analistas econômicos afirmam que D. João deixou o Brasil “à míngua”: raspou os cofres do Banco do Brasil e surrupiou o erário real. Chegou em Portugal em 03 de julho e regressou menos rei do que era; foi bastante humilhado, insultado e obrigado a jurar a Constituição Liberal; ou jurava ou seria deposto e possivelmente morto (a revista *Época*, de 05 de junho de 2000, noticiou que pesquisadores portugueses comprovaram que dom João VI foi envenenado com doses altas de arsênico, e também a revista *Veja*, em sua edição de 07 de junho de 2000 trouxe uma matéria onde se lê: “Exames comprovam que João VI, rei de Portugal, morreu envenenado com arsênico.”. Diante das situações políticas adversas, a morte de Dom João VI, em 10 de março de 1826, fomentou a hipótese de regicídio; ele morreu apresentando convulsões e complicações gastrointestinais que poderiam resultar de patologias genéticas e vida desregrada, mas, também, podem confirmar a morte por envenenamento em face do arsênico encontrado em altas doses altas nas vísceras dele.

Entre erros, defeitos, acertos, críticas e mal entendidos, não se pode negar os evidentes benefícios permanência da Família Real Portuguesa em terras brasileiras. Apesar de percalços, o saldo da transmigração portuguesa para o Brasil foi positivo. Dizem até que se a Família Real não tivesse vindo em 1808, o Brasil não existiria tal como ele é hoje!

** Presidente do IHG de S. João del-Rei; texto escrito em janeiro de 2008.*

